

AVALIAÇÃO EXTERNA E MECANISMOS DE *ACCOUNTABILITY* EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS

Andréia Ferreira da Silva –UFCG silvaandrea@uol.com.br

Ângela Cristiana A. Albino –UFPB angela.educ@gmail.com

Arlane Markely dos S. Freire –UFCG arlanemarkely@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As políticas de *accountability* vêm assumindo centralidade na educação básica brasileira, a partir dos anos 1990, sobretudo, ao modelar estratégias de prestação de contas por meio da avaliação em larga escala. A configuração de um Estado avaliador, segundo Afonso (2001), ao enfatizar processos de gestão, tende a privilegiar os resultados e produtos, desconsiderando, muitas vezes, a análise dos contextos socioeconômicos e culturais em que se desenvolvem os processos educativos.

O presente estudo apresenta recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que vem investigando iniciativas de avaliação externa e de *accountability* adotadas nas redes municipais de ensino do estado da Paraíba. Tem por objetivo geral discutir os desdobramentos de tais políticas na organização das redes de ensino e das escolas, no trabalho docente e no currículo. A investigação vem sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e de pesquisa de campo que contempla a aplicação de questionários *on-line* aos secretários de educação das redes municipais de ensino da Paraíba, primeira etapa da pesquisa.

O trabalho discute, inicialmente, a emergência e o fortalecimento das políticas de avaliação externa e de *accountability* na educação básica brasileira. Em seguida, assinala mudanças ocorridas na organização nas secretarias municipais de educação, após a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), bem como a criação de iniciativas próprias de avaliação e de *accountability* na educação municipal paraibana.

DESENVOLVIMENTO

Desde os anos finais do século XX, as reformas do Estado vêm reconfigurando suas atribuições e atuação no campo econômico e no campo social. Pautada na ideologia neoliberal, tais reformas defendem a atuação estatal mínima no setor econômico e nas políticas sociais, propondo a implantação de um Estado avaliador e regulador. No Brasil, no contexto educacional, as iniciativas de avaliação externa passaram a ser utilizadas como

mecanismo privilegiado para a aferição e a promoção da qualidade da educação (SOUSA, 2013).

No processo da pesquisa foram analisados os mecanismos de “aferição da qualidade”, por meio da avaliação externa e as estratégias para a elevação de seus resultados. Os dados foram obtidos por meio de questionário *on-line*, que foi disponibilizado na Plataforma *Google Forms*. A aplicação dos questionários contou com a colaboração da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/PB), que contribuiu na divulgação da pesquisa e na mobilização das secretarias de educação. Foi firmado com a UNDIME e secretarias, o compromisso de disponibilização dos dados e resultados da pesquisa em momento posterior.

O instrumento foi direcionado aos secretários dos municípios paraibanos. Dos 223 municípios paraibanos, 127 responderam ao questionário, totalizando 60%. O instrumento assegurou o anonimato e a confidencialidade dos sujeitos participantes.

O questionário contemplou 21 questões com informações referentes às seguintes dimensões: 1. participação da rede municipal de ensino em iniciativa(s) de avaliação estadual; 2. principais mudanças ocorridas nas secretarias de educação após a criação do IDEB e estratégias adotadas para a elevação do IDEB; e 3. criação de iniciativa(s) próprias de avaliação e de *accountability*.

No que se refere à primeira dimensão, destaca-se a adesão dos municípios ao SOMA - Programa Pacto pela Aprendizagem na Paraíba, iniciativa da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE/PB), instituída no ano de 2017. O SOMA consiste em uma iniciativa ampla de avaliação e de monitoramento do desempenho dos estudantes do ensino fundamental e visa promover ações estratégicas para a melhoria dos indicadores educacionais das redes públicas municipais e estadual. No estado, 219 municípios aderiram ao Pacto de Desenvolvimento da Paraíba, 98,2%.

Em relação à segunda dimensão, 70% das secretarias de educação informaram mudanças em sua organização após a instituição do IDEB. As principais mudanças consistiram na elaboração de planejamento estratégico para elevar o IDEB (84,8%), referindo-se, com destaque, ao Plano de Ações Articuladas (PAR). Apenas 13,6% indicaram a criação de um setor específico para tratar da avaliação externa, apesar de 81% terem registrado que realizam o monitoramento dos resultados e visitas periódicas às escolas. Corroborando com esse dado, 80% das secretarias informaram que realizam o acompanhamento diferenciado das escolas com baixos resultados, desenvolvendo iniciativas de acompanhamento do trabalho dos docentes. Estas informações revelam que o monitoramento dos resultados do IDEB vem se

tornando, a cada aplicação dos exames, uma necessidade crescente com o aperfeiçoamento e a ampliação dos mecanismos de controle sobre a escola e o trabalho docente.

98,8% das secretarias de educação informaram que vêm preparando os alunos para a realização da Prova Brasil. A aplicação de simulados foi apontada por quase a totalidade das secretarias. A mobilização dos docentes, diretores e alunos para a importância da Prova foi apresentada por cerca de 84% dos respondentes, demonstrando a compreensão da importância da persuasão dos envolvidos para um bom resultado. Além disso, 76% apontaram que vêm realizando o treinamento dos alunos para o preenchimento de gabarito de provas e priorizando o conteúdo de português e matemática. Tratam-se de estratégias já identificadas em pesquisas que analisam os desdobramentos das políticas de avaliação nas escolas públicas brasileiras.

Sobre a terceira dimensão, 35,8% das secretarias registraram que utilizam instrumento próprio de avaliação para o ensino fundamental e 28,4% informaram que não possuem. 35,8% apontaram que não contam com instrumento próprio, mas pretendem implantar. Esses dados aproximam-se dos observados em pesquisa realizada por Bauer, Pimenta, Horta Neto e Sousa (2015).

As secretarias de educação informaram, em ampla maioria, 85,3%, que não instituíram prêmio às escolas visando a elevação do IDEB. Com relação à criação de iniciativa(s) municipal(is) de avaliação e à instituição de mecanismo(s) de *accountability*, 10,5% indicaram ter criado premiação para as escolas e docentes de acordo com os resultados do IDEB, destes, 40% apontaram ter criado bônus financeiro para os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela, nesse primeiro momento de análise, a implantação de medidas de adequação dos sistemas de ensino dos municípios participantes ao modelo gerencial por meio da elaboração de planejamento estratégico para elevação do IDEB, da instituição de mecanismos variados de monitoramento dos resultados das escolas, que envolvem, entre outros, visitas periódicas e comparação dos resultados.

Os dados evidenciam experiências de municípios paraibanos de preparação dos estudantes para a Prova Brasil, de instituição de mecanismos de responsabilização simbólica e material dos docentes em decorrência dos resultados nos testes. O treinamento dos alunos para o preenchimento do gabarito de provas e a priorização dos conteúdos de português e matemática são questões que merecem análise mais aprofundada, considerando aos seus possíveis desdobramentos para o currículo escolar e para a formação do sujeito discente.

A análise das dimensões apontadas acima é contextualizada e ampliada no texto completo, considerando-se os limites de um resumo expandido.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado Nação e a emergência da regulação supranacional. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 22, n. 75, p. 15-32, ago. 2001.

BAUER, A.; PIMENTA, C. O.; HORTA NETO, J. L.; SOUSA, S. Z. Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números? *Est. Aval. Educ.* São Paulo, v. 26, n. 62, p. 326-352, maio/ago. 2015.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

SOUSA, S. Z. Avaliação externa e em larga escala no âmbito do Estado brasileiro. *In: BAUER, A.; GATTI, A. B. Gatti (Org.). 25 anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil*. Florianópolis: Insular, v. 2. 2013. p. 61-85.